



KRISSIA PEREIRA PIMENTEL

**ANÁLISE DAS POLÍTICAS DE INCLUSÃO DE CRIANÇAS COM NECESSIDADES
ESPECÍFICAS NAS ESCOLAS MUNICIPAIS DE PARAÍSO DO TOCANTINS**

**PALMAS
2016**

KRISSIA PEREIRA PIMENTEL

**ANÁLISE DAS POLÍTICAS DE INCLUSÃO DE CRIANÇAS COM NECESSIDADES
ESPECÍFICAS NAS ESCOLAS MUNICIPAIS DE PARAÍSO DO TOCANTINS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Coordenação do Curso Superior Tecnológico em
Gestão Pública do Instituto Federal – Campus
Palmas, como exigência à obtenção do grau de
Tecnólogo em Gestão Pública.

Orientador: Prof^a. Ma. Ana Carolina Nogueira Falcão
Co-orientador: Esp. Joyce Duailibe Laignier Barbosa
Santos.

**PALMAS
2016**

KRISSIA PEREIRA PIMENTEL

**ANÁLISE DAS POLÍTICAS DE INCLUSÃO DE CRIANÇAS COM NECESSIDADES
ESPECÍFICAS NAS ESCOLAS MUNICIPAIS DE PARAÍSO DO TOCANTINS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Coordenação do Curso Superior Tecnológico em
Gestão Pública do Instituto Federal – Campus
Palmas, como exigência à obtenção do grau de
Tecnólogo em Gestão Pública.

Aprovado em: ____/____/2016.

BANCA AVALIADORA

Profª Ana Carolina Nogueira Falcão
Mestra
Orientadora

Joyce Duailibe Laignier Barbosa Santos
Especialista
Co-orientadora

Profª Cíntia Dantas
Doutoranda

Profº Adão Pinto dos Santos
Mestrando

Profº Joseane Granja Jr
Mestre

DEDICATÓRIA

À minha família: meus pais Deroci e Deusilene. Minha irmã Klabia e meu cunhado Hugo. Por toda ajuda não medida durante essa caminhada.

AGRADECIMENTOS

A Deus, pela coragem durante toda esta longa caminhada, por ter me dado saúde e força para superar as dificuldades.

Aos meus pais que não mediram esforços para que me fizesse alcançar meus objetivos. Mãe, seu cuidado e dedicação foi que me deu a esperança para seguir. Pai, sua presença significou segurança e certeza de que não estou sozinha nessa caminhada.

A minha família que de modo muito carinhoso me apoiou nessa jornada.

A minha orientadora Ana Carolina Nogueira Falcão pelo apoio e por ter aceitado o convite em ajudar com esse trabalho.

A minha co-orientadora Joyce Duailibe Laignier Barbosa Santos, pela paciência na orientação e incentivo, que me ajudou bastante a concluir esta monografia.

Aos demais professores, que foram tão importantes na minha vida acadêmica.

Aos componentes da banca Cíntia Dantas, Adão Santos e Joseane Granja Jr, pela disposição e auxílio.

Ao Instituto Federal, seu corpo docente, direção e administração que oportunizaram o meu aprendizado.

A psicopedagoga Doralícia Maria Pereira Brandão, pela disponibilidade, atenção e carinho que teve comigo durante a pesquisa desse trabalho.

As pedagogas da minha família, Ana Maria Barros Pimentel e Célia Carvalho Pimentel, pela ajuda, incentivo e apoio constante.

As equipes das Escolas Municipais de Paraíso do Tocantins que abriram as portas para que eu pudesse realizar meu trabalho de pesquisa.

Aos colegas de turma, que mais que colegas viraram amigos e fizeram das aulas bons momentos a serem lembrados com carinho.

A todos que direta ou indiretamente fizeram parte da minha formação, o meu muito obrigada.

*“Que os vossos esforços desafiem
as impossibilidades, lembrai-vos de
que as grandes coisas do homem
foram conquistadas do que parecia
impossível.”*

Charles Chaplin

RESUMO

As palavras Educação e Inclusão cada vez mais aparecem interligadas no Sistema Educacional, é sem dúvida, um dos maiores desafios da sociedade. Envolve muito mais que a pessoa com deficiência, envolve também a família, a escola e a comunidade. Portanto, este é o foco do presente estudo, analisar as políticas de inclusão das crianças com necessidades específicas nas Escolas regulares de ensino na cidade de Paraíso do Tocantins. Com esta pesquisa, buscou-se analisar se a Rede Municipal de ensino vem buscando disponibilizar Atendimento Educacional Especializado (AEE) de qualidade nas Salas de Recursos Multifuncionais (SRM), e as circunstâncias interativas que esses alunos estabelecem com seus professores e colegas nas classes regulares e nas SRM. A metodologia utilizada foi a aplicação de um questionário aos professores das SRM da Rede Municipal de ensino, serviram como *lócus* da pesquisa a Escola Adélia Aguiar Barbosa, Escola Bernardo Sayão, Escola Irmã Julita, Escola Jardim Paulista, Escola José Ribeiro Torres, Escola Pouso Alegre e Escola 23 de Outubro. Todas localizadas na cidade de Paraíso do Tocantins, e atendem desde o ensino infantil ao 5º ano do ensino fundamental. Pretendeu-se estimular a discussão no que tange os direitos assegurados por lei e a real assistência exercida nas escolas ditas inclusivas, aqui se discutiu quais as necessidades das Escolas Municipais, como esse trabalho é desenvolvido, como a SRM pode apoiar o aluno inserido nesse espaço e o que dificulta o desenvolver desse trabalho de inclusão nas escolas do município. Por fim, através desse estudo pontual foi possível refletir sobre o processo de inclusão, como ele vem acontecendo e contribuindo para o desenvolvimento de diversas crianças com algum tipo de necessidade que hoje estão inseridas nas escolas regulares de ensino.

Palavras-chave: Inclusão Escolar. Necessidades Específicas. Salas de Recursos Multifuncionais. Atendimento Educacional Especializado.

ABSTRACT

The words Education and Inclusion appear increasingly interconnected to the Educational System, and no doubts, it is one of the biggest challenges in society. It involves much more than a handicapped person, but also family, school and community. Therefore, this is the focus of the present study, to analyse the handicapped children inclusion politics in regular schools in Paraíso do Tocantins. Through this research, it was sought to analyse whether the Municipal School Network has been seeking to provide a good Specialized Educational Service (SES) inside the Multifunctional Resources Classroom (MRC), and the interactive circumstances that these students establish with their teachers and classmates in regular classes and MRC. The methodology used was the application of a questionnaire to the teachers of the MRC in Municipal School Network. The research took place at Adélia Aguiar Barbosa school, Bernardo Sayão school, Irmã Julita school, Jardim Paulista School, José Ribeiro Torres school, Pouso Alegre school and 23 de Outubro school. All of them located in Paraíso do Tocantins city, and they provide from kindergarten to 5th grade of Elementary School education. It was intended to stimulate the discussion referring to assured rights in the law and the actual exerted assistance in school said as inclusive. Here it was discussed which necessities in municipal schools are, how this work is performed and how the MRC can support the inserted student in this space and what interferes the development of this Inclusion work in Municipal Schools. Lastly, through this punctual study it has been possible to reflect about the inclusion process, how it has happened and contributed to the development of several children with some sort of necessity that are inserted in regular schools nowadays.

Key-words: Educational Inclusion. Specific Necessities. Multifunctional Resources Classroom. Specialized Educational Service.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Escolas do Município que possuem Salas de Recursos Multifuncionais e realizam o Atendimento Educacional Especializado.....	29
Tabela 2 - Número de Matrículas nas Salas de Recursos em 2015.....	34
Tabela 3 – Número de acompanhantes nas escolas.....	37

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Número de alunos atendidos na SRM.....	34
--	----

LISTA DE QUADROS

Quadro 1- Materiais disponibilizados para as Salas de Recursos Multifuncionais....	33
Quadro 2- Número de alunos com necessidades específicas matriculados em Paraíso do Tocantins em 2015.....	35

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AEE - Atendimento Educacional Especializado

APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais

EJA – Educação de Jovens e Adultos

LIBRAS – Língua Brasileira de Sinais

MEC - Ministério da Educação

NEE - Necessidades Educativas Específicas

PNE - Pessoas com necessidades Específicas

SRM - Sala de Recursos Multifuncional

SEMEC – Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a educação, a ciência e a cultura.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
1.1 Problema.....	14
1.2 Justificativa.....	14
1.3 Objetivos.....	15
1.3.1 <i>Objetivo Geral</i>	15
1.3.2 <i>Objetivos Específicos</i>	15
2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA.....	16
2.1 Educação Inclusiva.....	16
2.2 Histórico da Educação Inclusiva no Brasil	18
2.3 Leis que Regem a Educação Inclusiva.....	20
2.4 Salas de Recursos Multifuncionais e Atendimento Educacional Especializado	22
2.5 Contextualização da Educação Inclusiva em Paraíso do Tocantins.....	24
3 PESQUISA DE CAMPO	26
3.1 Universo da Pesquisa.....	26
3.1.1 População Alvo	26
3.2 Coleta de Dados	27
3.2.1 Instrumentos de Pesquisa.....	27
4. RESULTADOS E ANÁLISES.....	28
4.1.1 Descrição da análise do questionário	30
CONSIDERAÇÕES FINAIS	43
REFERÊNCIAS.....	45
ANEXOS	49

1 INTRODUÇÃO

Discutir o processo de inclusão educacional é de extrema importância, porque, ainda hoje, existe uma luta contra os preconceitos, e as diversas problemáticas relacionadas à inserção social de pessoas com necessidades específicas. Com base nesse pensamento, Cordeiro (2015, p. 2) destaca que:

refletir sobre inclusão escolar é repensar o sentido que se está atribuindo à educação, além de atualizar nossas concepções e redefinir o processo de construção de todo o indivíduo, compreendendo a complexidade e amplitude que envolve essa temática. Inclusão é garantir o acesso e a participação de todos a todas as oportunidades, independentemente das peculiaridades de cada indivíduo.

Por esse motivo, a educação deve manter em sua proposta pedagógica a inclusão e o respeito às diferenças, desenvolvendo nesse espaço uma cultura diferenciada, de modo a promover mudanças sociais.

Antes se referia como “portador de deficiência”. Atualmente refere-se como “pessoas com necessidades específicas”, porque há o entendimento que, todos nós, como seres humanos, temos nossas necessidades individuais, dificuldades e limitações, desfazendo assim o conceito entre “normal” e “anormal”. Seguindo essa linha de pensamento Sá (2010, p.1) defende que essa expressão pode ser utilizada para referir-se a crianças e jovens cujas necessidades decorrem de suas altas habilidades ou de suas dificuldades para aprender. Está associada, portanto, a dificuldades de aprendizagem, não necessariamente vinculada a deficiência(s).

Paris (2014) acredita que a necessidade específica não deve ser vista como um impedimento da criança na escola onde está inserida, o contato destas crianças com as outras, em classe de ensino regular, faz desenvolver sentimentos de respeito, compreensão, solidariedade e diminuindo na criança o sentimento de exclusão.

Ainda conforme Paris (2014, p.1) “a convivência com todos, e o enfrentamento de desafios cotidianos são essenciais para a aprendizagem. As crianças crescem convivendo na diversidade, que está em toda a parte”. Atualmente há uma grande preocupação das instituições, em inserirem no ensino regular, crianças e jovens, que pelos mais diversos fatores, se sentem de lado na comunidade que está em constante mudança.

1.1 Problema

As escolas municipais de Paraíso do Tocantins estão, de fato, desenvolvendo as políticas de inclusão de pessoas com necessidades educacionais específicas, propostas nas Leis as quais a regulamentam?

As salas de recursos multifuncionais funcionam efetivamente, disponibilizando de material e estrutura suficiente para atendimento dos alunos?

1.2 Justificativa

Para a análise da questão da gestão pública no processo de inclusão escolar, esta pesquisa aborda o trabalho do município de Paraíso do Tocantins em direção a uma escola inclusiva, através de propostas educativas aos alunos com necessidades educacionais específicas.

Assim, o trabalho pretende analisar se a rede municipal de ensino, busca organizar, a construção e consolidação de um sistema inclusivo, na perspectiva de atender as práticas, e ações político-pedagógicas, que ocorrem desde a educação infantil ao 5º ano do ensino fundamental, e se concentra, nas ações de atendimento das necessidades educacionais específicas, para garantir a relação entre educação comum e especial, no atendimento das dificuldades do processo de ensino, e a aprendizagem daqueles que precisam de recursos e metodologias diferenciadas, para que sua trajetória escolar esteja de acordo com os projetos de lei que regem tais mudanças.

A legislação vigente coloca a questão nos termos mais amplos possíveis, a inclusão escolar abrange todos aqueles que necessitam do sistema educacional, independentemente de idade, gênero, condição social, condição física e mental.

A relevância de discutir o tema inclusão é dar subsídios que possam contribuir para a mudança de paradigma dos sistemas educacionais, uma vez que, ainda surgem diversas dificuldades para fornecer atendimento de qualidade, e acompanhar o aluno com necessidades educacionais específicas nas salas de ensino regular.

É nesse contexto que se pensou em analisar as políticas de inclusão nas escolas, para melhor compreender o trabalho desenvolvido, proporcionando uma visão geral da história da educação especial no Brasil, e uma visão específica do

trabalho realizado nas salas de recursos multifuncionais das escolas municipais de Paraíso do Tocantins.

1.3 Objetivos

1.3.1 Objetivo Geral

Analisar as Políticas Públicas de inclusão para as crianças com Necessidades Educacionais Específicas (NEE) nas escolas da Rede Municipal da cidade de Paraíso do Tocantins.

1.3.2 Objetivos Específicos

- Realizar um levantamento bibliográfico acerca das políticas de inclusão das crianças com NEE;
- Observar o funcionamento da escola, buscando compreender o trabalho desenvolvido pela instituição no atendimento às crianças com NEE, nas escolas municipais de Paraíso do Tocantins;
- Investigar se há efetividade no funcionamento das salas de recursos multifuncionais, e se elas já possuem materiais e estrutura suficiente para atender às necessidades dos alunos;
- Avaliar o cumprimento das Leis e Diretrizes em relação à promoção de uma educação inclusiva, por meio da aplicação de um questionário qualitativo.

2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

2.1 Educação Inclusiva

Para discutir acerca da educação inclusiva é importante definir os conceitos de educação e inclusão. Conforme Joaquim (2013, p.1), o termo “educação é um fenômeno social e universal, sendo uma atividade humana necessária à existência e funcionamento de todas as sociedades”.

Dessa forma, Muniz (2002) destaca que cabe à sociedade auxiliar no desenvolvimento das capacidades cognitivas de seus indivíduos. Visto que a educação engloba o ensino, a instrução, a disciplina, as atividades culturais, esportivas e lazer. É um processo contínuo de desenvolvimento intelectual, físico e moral do ser humano. Assim, “sua finalidade é tornar os homens mais íntegros, a fim de que possam usar da técnica que receberam com sabedoria, aplicando-a disciplinadamente” (MUNIZ, 2002, p.9).

No plano jurídico, a Constituição Federal define a educação da seguinte maneira:

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1988).

Funes e Rocha (2010, p.2) descreve educação como direito de todos independente de raça, sexo, ou idade, e é dever do Estado assegurar esse direito a todas as famílias, com a colaboração da sociedade, tendo em vista que a educação não é apenas o ensino da leitura ou da escrita, mas também o desenvolvimento de suas funções físicas e intelectuais, ou seja, habilidades inerentes a todos, mas que precisam de estímulos continuamente.

Assim, para Werhein (2007, p. a10) “educação é o processo que visa capacitar o indivíduo a agir conscientemente diante de situações novas da vida, com aproveitamento de experiências anteriores”.

Já o termo inclusão diz respeito a toda atitude que pretende integrar as pessoas dentro da sociedade, que por sua vez sejam retribuídas com os benefícios que a sociedade tem pra oferecer (FREIRE, 2008, p.5). Nesse sentido, é um movimento educacional, “mas também social e político que vem defender o direito de todos os indivíduos participarem, de uma forma consciente e responsável, na sociedade de que fazem parte, e de serem aceitos e respeitados naquilo que os

diferencia dos outros” (FREIRE, 2008, p.6). Nesse contexto a autora alerta para as diversas formas de inclusão que precisam acontecer no meio social.

Historicamente, a inclusão “foi entendida como uma inovação na área de educação especial, mas, gradualmente, passou a ser compreendida como uma tentativa de oferecer educação de qualidade para todo(a)s” (SÁNCHEZ, 2005, p.7). Nesse sentido, busca-se efetivar os direitos estabelecidos em Lei quanto à oferta de uma inclusão de qualidade para todos.

Werneck (2002, p.17) “defende o direito de todas as pessoas, com e sem deficiência. A sociedade se adapta para atender às necessidades das pessoas com deficiência e, com isso, se torna mais atenta às necessidades de todos”. Tal pensamento unifica o direito de todos quanto às necessidades básicas, desde a essencial, que é a educação como foco no cognitivo, até as necessidades especiais específicas.

Complementando este pensamento, Mantoan (2009, p.1) descreve a inclusão como “a capacidade de entender e reconhecer o outro e, assim, ter o privilégio de conviver e compartilhar com pessoas diferentes de nós”. Dessa maneira, inclusão é um processo que acontece gradualmente, e consiste em tornar as pessoas participantes da vida social, econômica e política, assegurando o respeito aos seus direitos no âmbito da Sociedade, do Estado e do Poder Público.

A educação inclusiva é a junção dos dois conceitos anteriores, que surgiram com o propósito de promover melhorias no contexto educacional. A Educação inclusiva significa atender pessoas com as mais variadas necessidades específicas no sistema de ensino, independentemente de cor, classe social e condições físicas e psicológicas. Ou seja, “é para o estudante com deficiência física, para os que têm comprometimento mental, para os superdotados, para todas as minorias e para a criança que é discriminada por qualquer outro motivo” (MANTOAN, 2003, p.13).

Alves (2006) diz que “[...] escola inclusiva é, aquela que garante a qualidade de ensino educacional a cada um de seus alunos, reconhecendo e respeitando a diversidade e respondendo a cada um de acordo com suas potencialidades e necessidades”. Nesse sentido, Freire (2008, p.5), agrega à reflexão bons argumentos ao

Defender o direito de todos os alunos desenvolverem e concretizarem as suas potencialidades, bem como de apropriarem as competências que lhes permitam exercer o seu direito de cidadania, através de uma educação de

qualidade, que foi talhada tendo em conta as suas necessidades, interesses e características.

O termo educação inclusiva na maioria das vezes é empregado à inclusão educacional de pessoas com necessidade física e menta. Ou seja, entende-se “como o processo de inclusão dos portadores de necessidades especiais ou de distúrbios de aprendizagem na rede comum de ensino em todos os seus graus” (MRECH, 2008, p.2).

É um grande objetivo desenvolver a inclusão e fazer da escola uma instituição que acolhe as diferenças, que colabora, e tem um bom princípio para combater a exclusão social. Para Alonso (2013) “a Educação especial dentro da escola regular, transforma a escola em um espaço para todos. Ela favorece a diversidade, já que que todos os alunos podem ter necessidades especiais em algum momento de sua vida escolar”.

“Dividir a escola entre alunos ‘normais’ e alunos ‘deficientes’ não é um princípio inclusivo” (RODRIGUES, 2006, p.1). Para o autor, o caminho para educação inclusiva se dá por meio de apoiar todos os alunos com dificuldades, oferecendo-lhes ensino de qualidade num ambiente social comum e coletivo.

2.2 Histórico da Educação Inclusiva no Brasil

A história da Educação Especial pode ser vista em diferentes momentos históricos:

No Brasil, o atendimento às pessoas com deficiência começou na época do Império. Nesse período duas instituições foram criadas: o Imperial Instituto dos Meninos Cegos, em 1854, atual Instituto Benjamin Constant, e o Instituto dos Surdos Mudos em 1857, hoje denominado Instituto Nacional da Educação dos Surdos (BRASIL, 2013, p.3).

Outro autor descreve que o processo de educação para pessoas especiais iniciou-se:

No século 19, quando os serviços dedicados a esse segmento de nossa população, inspirados por experiências norte-americanas e europeias, foram trazidos por alguns brasileiros que se dispunham a organizar e a implementar ações isoladas e particulares para atender as pessoas com deficiências físicas, mentais e sensoriais (MANTOAN, 2003, p.32).

A partir daí registraram-se muitos avanços na conquista de igualdade na educação inclusiva.

Em 1961, o atendimento educacional às pessoas com deficiência passa a ser fundamentado pelas disposições da Lei de Diretrizes e Bases da Educação

Nacional – LDBEN, Lei nº 4.024/61, que aponta o direito dos “excepcionais” à educação, preferencialmente dentro do sistema geral de ensino.

Em 1990 foi publicada a Declaração Mundial de Educação para Todos, que passa a influenciar a formulação das políticas públicas da educação inclusiva. Essa declaração tem como objetivo garantir o atendimento às necessidades básicas da aprendizagem de todas as crianças, jovens e adultos. Conforme ratificado nesse documento destaca-se que

as necessidades básicas de aprendizagem das pessoas portadoras de deficiências requerem atenção especial. É preciso tomar medidas que garantam a igualdade de acesso à educação aos portadores de todo e qualquer tipo de deficiência, como parte integrante do sistema educativo (1990, p.4).

Em 1994 foi divulgada a Declaração de Salamanca, um documento publicado como resultado da Conferência Mundial sobre Educação de Necessidades Especiais, que trata das políticas e práticas na área da educação especial. Consta neste documento que

o princípio fundamental da escola inclusiva é o de que todas as crianças deveriam aprender juntas, independentemente de quaisquer dificuldades ou diferenças que possam ter. As escolas inclusivas devem reconhecer e responder às diversas necessidades de seus alunos, acomodando tanto estilos como ritmos diferentes de aprendizagem e assegurando uma educação de qualidade a todos através de currículo apropriado, modificações organizacionais, estratégias de ensino, utilização de recursos e parcerias com a comunidade (DECLARAÇÃO DE SALAMANCA, 1994, p.5).

A partir deste documento, iniciou-se uma série de discussões sobre o assunto conforme descreve ARANHA (2005, p.6)

A partir de 1995, um novo paradigma emerge, na sociedade brasileira, em relação à pessoa deficiente: o Paradigma de Suportes. Assim, as premissas que nortearão a elaboração das Leis e das diretrizes legais estão baseadas: no reconhecimento e na presença da diversidade; garantia de atendimento para todos que constituem essa diversidade; necessidade de identificação das necessidades educacionais especiais de cada um e de todos; obrigatoriedade do sistema de ensino responder com eficiência e qualidade pedagógica a todos os seus alunos. Supõe-se assim a construção de um sistema educacional inclusivo.

Como consequência desta reflexão das práticas educacionais, espera-se que as escolas e instituições comuns apresentem um meio de enfrentar as atitudes discriminatórias, ressaltando que:

O princípio fundamental desta Linha de Ação é de que as escolas devem acolher todas as crianças, independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas ou outras. Devem acolher crianças com deficiência e crianças bem dotadas; crianças que vivem nas ruas e que trabalham; crianças de populações distantes ou nômades;

crianças de minorias linguísticas, étnicos ou culturais e crianças de outros grupos e zonas desfavorecidos ou marginalizados. (BRASIL, 2006, p.18).

2.3 Leis que Regem a Educação Inclusiva

A legislação atual vem dando suporte às iniciativas que visam à inclusão, contribuindo com a garantia do direito de ir e vir das pessoas com algum tipo de necessidade especial. Algumas merecem destaque, como a Lei nº 5692/71 que prevê tratamento especial para os estudantes com deficiências físicas, mentais, os que se encontram em atraso considerável quanto à idade regular de matrícula, e os superdotados. E complementa-se, com o Parecer nº 848/72 do Conselho Federal de Educação, que sugere a adoção de medidas urgentes para que também o campo de ensino e amparo ao excepcional seja dinamizado.

Consta na Constituição Federal de 1988 que é objetivo da República Federativa do Brasil “promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação” (art. 3º, Inciso IV).

No seu artigo 206, inciso I, estabelece a “igualdade de condições de acesso e permanência na escola” como um dos princípios para o ensino e garante como dever do Estado, a oferta do “atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino” (art. 208, Inciso III).

Em 24 de Outubro de 1989, foi promulgada a Lei nº 7853/89 que prevê a oferta obrigatória e gratuita da Educação Especial em estabelecimentos públicos de ensino, considerando crime a recusa de alunos com deficiência em estabelecimentos de ensino de qualquer curso ou grau, público ou privado.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) nº 9394/96, aponta que a educação de pessoas com deficiência deve dar-se preferencialmente na rede regular, sendo um dever do Estado e da família promovê-la.

Os sistemas de ensino assegurarão gratuitamente aos jovens e aos adultos, que não puderam efetuar os estudos na idade regular, oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames (art. 37 § 1º Inciso II).

A Resolução CNE/CEB Nº 2/2001, institui Diretrizes Nacionais para a educação de alunos que apresentem necessidades educacionais especiais na educação básica, em todas as suas etapas e modalidades.

Os sistemas de ensino devem matricular todos os alunos, cabendo às escolas organizarem-se para o atendimento aos educandos com necessidades educacionais especiais, assegurando as condições necessárias para uma educação de qualidade para todos (MEC/SEESP, 2001).

O Decreto 5.626/2005 (Art. 14) dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Líbras, tornando obrigatório o ensino a pessoas surdas.

As instituições federais de ensino devem garantir, obrigatoriamente, às pessoas surdas acesso à comunicação, à informação e à educação nos processos seletivos, nas atividades e nos conteúdos curriculares desenvolvidos em todos os níveis, etapas e modalidades de educação, desde a educação infantil até à superior.

A Resolução Nº4/2009 (Art 1º) institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial.

Os sistemas de ensino devem matricular os alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação nas classes comuns do ensino regular e no Atendimento Educacional Especializado (AEE), ofertado em salas de recursos multifuncionais ou em centros de Atendimento Educacional Especializado da rede pública ou de instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos.

A Nota Técnica – SEESP/GAB/Nº 11/2010, trata de orientações para a institucionalização da Oferta do Atendimento Educacional Especializado – AEE e Salas de Recursos Multifuncionais, implantadas nas escolas regulares. “o AEE é realizado prioritariamente na sala de recursos multifuncionais da própria escola ou de outra escola, no turno inverso da escolarização, não sendo substitutivo às classes comuns” (Art 5º).

E a Lei mais recente, nº 13.146/2015 que assegura um sistema educacional inclusivo em todos os níveis e modalidades, bem como o aprendizado ao longo de toda a vida, e garante oferta de educação para atendimento de todos os tipos de necessidade educacional específica. Defende:

Projeto pedagógico que institucionalize o atendimento educacional especializado, assim como os demais serviços e adaptações razoáveis, para atender às características dos estudantes com deficiência e garantir o seu pleno acesso ao currículo em condições de igualdade, promovendo a conquista e o exercício de sua autonomia (Art 28, Inciso III).

2.4 Salas de Recursos Multifuncionais e Atendimento Educacional Especializado

Em 2008, o Ministério de Educação e Cultura – MEC, publicou um documento sobre a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Foi um avanço na implantação da política pública de educação inclusiva nos estados e município.

A educação especial é uma modalidade de ensino que perpassa todos os níveis, etapas e modalidades, realiza o atendimento educacional especializado, disponibiliza os recursos e serviços e orienta quanto a sua utilização no processo de ensino e aprendizagem nas turmas comuns do ensino regular. (BRASIL, 2008, p.11)

A partir daí, foi garantido aos portadores de necessidades especiais o direito a dupla matrícula nas redes do ensino regular e nas Salas de Recursos Multifuncionais - SRM, bem como a garantia ao Atendimento Especial como complemento a escolarização diminuindo as barreiras da exclusão na sala de aula do ensino regular e na sociedade.

As Salas de Recursos Multifuncionais são espaços da escola onde se realiza o atendimento educacional especializado para os alunos com necessidades educacionais especiais, por meio de desenvolvimento de estratégias de aprendizagem centradas em um novo fazer pedagógico que favoreçam a construção de conhecimentos pelos alunos, subsidiando-os para que desenvolvam o currículo e participem da vida escolar (BRASIL, 2007).

As SRM são espaços físicos localizados nas escolas públicas, que devem possuir mobiliário, materiais didáticos e pedagógicos, recursos de acessibilidade e equipamentos específicos para o atendimento dos alunos que são público alvo da Educação Especial, e que necessitam de atendimento no contra turno escolar.

São salas com materiais diferenciados e profissionais preparados especificamente para o atendimento às diversas necessidades educativas especiais dos alunos. A escola regular deverá disponibilizar espaço e pessoal para que o programa seja realizado com sucesso, e serão mantidas em funcionamento pelas escolas, sob orientação da secretaria de educação do município.

Os sistemas de ensino devem organizar as condições de acesso aos espaços, aos recursos pedagógicos e à comunicação que favoreçam a promoção da aprendizagem e a valorização das diferenças, de forma a atender as necessidades educacionais de todos os estudantes. A acessibilidade deve ser assegurada mediante a eliminação de barreiras arquitetônicas, urbanísticas, na edificação – incluindo instalações, equipamentos e mobiliários – e nos transportes escolares, bem como as barreiras nas comunicações e informações. (BRASIL, 2008, p.13)

Diferentemente das Classes Especiais, as SRM não tem o caráter substitutivo do Ensino Regular, pelo contrário, para haver a matrícula na SRM é indispensável que a família apresente a matrícula do aluno das Classes do Ensino Regular. A SRM tem o caráter complementar e suplementar de acessibilidade dos seus alunos ao conhecimento contribuindo para a eliminação de barreiras quanto ao espaço físico e ainda de materiais e métodos necessário ao acesso ao conhecimento, também em relação às barreiras de acessibilidade social.

Geralmente o atendimento é realizado em pequenos grupos e, dependendo do caso, individualmente. A carga-horária seguida pela maioria das SRM é o de 2 horas semanais, duas vezes por semana, porém o aluno da SRM poderá ser atendido pelo tempo que for necessário, devendo ser seguido um programa elaborado de acordo com as especificidades de cada um.

Uma das inovações trazidas pela Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva de 2008 é o Atendimento Educacional Especializado – AEE, um serviço da educação especial que "tem como função identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade, que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando suas necessidades específicas" (BRASIL, 2008, p.11).

Esse atendimento consiste em ações desenvolvidas para acompanhar as necessidades do aluno. A partir de ações específicas é possível possibilitar que o aluno possa ter acesso ao ambiente e a conhecimentos escolares de forma a garantir com autonomia a inserção, a permanência e a participação na escola.

"O AEE complementa e/ou suplementa a formação do aluno, visando a sua autonomia na escola e fora dela, constituindo oferta obrigatória pelos sistemas de ensino" (MANTOAN, 2011, p.1). É realizado de preferência nas escolas comuns, e dentro das SRM.

O ensino oferecido no AEE é diferente do ensino escolar e não pode caracterizar-se como um espaço de reforço escolar ou complementação das atividades escolares. São conteúdos do AEE: Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS, alfabeto digital, língua Portuguesa na modalidade escrita, Braille, orientação e mobilidade, informática acessível, estimulação visual, comunicação alternativa e aumentativa, desenvolvimento de processos educativos que favoreçam a atividade cognitiva.

Para desenvolver esses conteúdos, são utilizados diversos recursos como materiais didáticos, materiais pedagógicos como livros, desenhos, mapas, gráficos e

jogos táteis, em LIBRAS, em Braille, com contraste visual, digitais, tecnologias de informação e de comunicação e recursos ópticos; entre outros.

O desenvolvimento dos processos de ensino e de aprendizagem é favorecido pela participação da família dos alunos. Para elaborar e realizar os Planos de AEE, o professor necessita dessa parceria em todos os momentos. Reuniões, visitas e entrevistas fazem parte das etapas pelas quais os professores de AEE estabelecem contatos com as famílias de seus alunos, colhendo informações, repassando outras e estabelecendo laços de cooperação e de compromissos.

2.5 Contextualização da Educação Inclusiva em Paraíso do Tocantins

De acordo com relatório do Serviço de Apoio Psicopedagógico e Psicossocial da Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Paraíso do Tocantins, a educação especial no município teve início na década de 1990, quando ainda não se falava em inclusão, mas na integração das pessoas com deficiência em classes especiais.

Em 1991 um grupo de seis professores da rede estadual de ensino de Paraíso, buscou capacitação profissional para o trabalho nas classes especiais que estavam sendo construídas na Escola Estadual Amâncio de Moraes, para atendimento aos alunos com deficiência nas áreas visual, auditiva e mental. No ano seguinte 1992, iniciou-se o atendimento aos alunos com o apoio da equipe multidisciplinar.

Em 1993 foi fundada a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais, APAE/Paraíso, e em 1994 foi criada a Escola Especial Luz da Vida. Esta escola que hoje é referência pelo bom trabalho que oferece à comunidade, é mantida pela APAE/Paraíso, mantém convênios com o Estado do Tocantins, forma parcerias com o município, com entidades e associações, além da sociedade em geral.

Foi a partir de 1994, com a Declaração de Salamanca e a Lei 9.394/96 que houve melhor aprimoramento da educação especial, não só no município de Paraíso, mas em todo Brasil. Notadamente surge um novo paradigma com o compromisso de dar novos rumos à realidade excludente da época, através de participação igualitária e cidadã.

A educação especial da rede municipal de ensino teve início no ano de 2006. A primeira coordenadora da área foi a professora Doralícia Maria Pereira

Brandão, que observou que até então, na rede municipal de ensino não havia nenhum aluno com deficiência cadastrado no Censo Escolar, embora alguns deles frequentassem as salas regulares de ensino. Providenciou-se localizar essas crianças, informa-las do Censo do ano seguinte e divulgar à sociedade que o município trabalha sob a perspectiva de educação inclusiva.

A partir de então, a rede municipal passou a receber recursos para capacitação de professores na área de inclusão e para as salas de recursos multifuncionais, que é um espaço organizado com recursos da União, visando a oferta de atendimento educacional especializado aos alunos com deficiência, transtorno global de desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, bem como fortalecer a inclusão nas salas regulares de ensino.

Cita-se que a primeira sala de recursos multifuncionais da rede municipal de ensino foi inaugurada em 2009, na Escola Municipal Luzia Tavares.

Os alunos com necessidades educacionais específicas são matriculados nas salas regulares de ensino, e no período oposto frequentam as salas de recursos ou APAE. Para o aluno com dificuldades na locomoção, higiene ou alimentação o município disponibiliza um profissional de apoio à inclusão na sala regular.

A Rede Municipal de ensino, através da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, conta com a parceria dos serviços de saúde e de assistência social do município, assim como, da APAE/Paraíso. Possui ainda um setor de apoio com uma psicóloga e uma psicopedagoga, para oferecer suporte às escolas e creches, através de orientação aos pais, aos alunos e equipe escolar.

Frente a essa mobilização social, realizam ainda avaliações e estudos de caso, dos alunos com baixo desempenho escolar e com características de deficiência, bem como promovem a formação de professores e equipe escolar através de encontros bimestrais, reuniões e solicitações da escola.

3 PESQUISA DE CAMPO

3.1 Universo da Pesquisa

Este trabalho surgiu do interesse de buscar compreender a relação da gestão pública e da inclusão na educação infantil. Para melhor entender o assunto foi necessário fazer um embasamento teórico em vários autores, através de livros, revistas e artigos, que deu subsídios para realizar esta pesquisa.

Para a realização deste trabalho foi utilizada a abordagem metodológica qualitativa que envolve a obtenção de dados descritivos em contato direto com a situação estudada. Sobre pesquisa qualitativa, Dantas (2006, p.2) destaca:

Tem caráter exploratório, isto é, estimula os entrevistados a pensarem livremente sobre algum tema, objeto ou conceito. Mostra aspectos subjetivos e atingem motivações não explícitas, ou mesmo conscientes, de maneira espontânea. É utilizada quando se busca percepções e entendimento sobre a natureza geral de uma questão, abrindo espaço para a interpretação.

Foi realizada uma pesquisa bibliográfica das diferentes concepções de educação inclusiva, nas instituições de ensino no Brasil e da cidade de Paraíso do Tocantins.

A pesquisa bibliográfica é o passo inicial na construção efetiva de um protocolo de investigação, quer dizer, após a escolha de um assunto é necessário fazer uma revisão bibliográfica do tema apontado. Essa pesquisa auxilia na escolha de um método mais apropriado, assim como num conhecimento das variáveis e na autenticidade da pesquisa (CARVALHO et al., 2004, p.4).

Após concluir essa primeira etapa de pesquisa, então foi realizada uma pesquisa de campo com questões abertas e fechadas.

A pesquisa de campo é o tipo de pesquisa que pretende buscar a informação diretamente com a população pesquisada. Ela exige do pesquisador um encontro mais direto. Nesse caso, o pesquisador precisa ir ao espaço onde o fenômeno ocorre, ou ocorreu e reunir um conjunto de informações a serem documentadas (GONÇALVES, 2001, p.34).

3.1.1 População Alvo

Foi realizada uma pesquisa na Secretaria de Educação do município de Paraíso do Tocantins, para verificar a quantidade de escolas da Rede Municipal que disponibilizam o Atendimento Educacional Especializado nas Salas de Recursos

Multifuncionais. “A população a ser pesquisada ou universo da pesquisa, é definida como o conjunto de indivíduos que partilham de, pelo menos, uma característica em comum” (MARCONI, 2010, p.1). Dessa forma, o universo dessa pesquisa é formado pelos professores das Salas de Recursos Multifuncionais, das Escolas da Rede Municipal de Ensino da cidade de Paraíso do Tocantins, que disponibilizam esse atendimento.

3.2 Coleta de Dados

3.2.1 Instrumentos de Pesquisa

Como instrumento de coleta de dados, foi realizado um levantamento através de questionários direcionados aos professores das salas de recursos das escolas municipais, conforme a Legislação Vigente, sobre princípios, políticas e práticas na área das necessidades educacionais específicas. Foi utilizada uma adaptação do questionário da Especialista em Desenvolvimento Humano, Educação e inclusão, Eunice Maria da Silva Oliveira, da Universidade de Brasília, que foi criado em 2011 com o objetivo de conhecer como é realizado o apoio as Crianças Portadoras de Necessidades Educacionais Específicas.

A classificação desta pesquisa é Descritiva

O processo descritivo visa à identificação, registro e análise das características, fatores ou variáveis que se relacionam com o fenômeno ou processo. Esse tipo de pesquisa pode ser entendida como um estudo de caso onde, após a coleta de dados, é realizada uma análise das relações entre as variáveis para uma posterior determinação do efeitos resultantes (PEROVANO, 2014).

Com caráter exploratório:

A pesquisa exploratória estabelece critérios, métodos e técnicas para a elaboração de uma pesquisa e visa oferecer informações sobre o objeto desta e orientar a formulação de hipóteses (CERVO E SILVA, 2006).

Permite uma maior familiaridade entre o pesquisador e o tema pesquisado.

Para alcançar os objetivos pretendidos, este trabalho se desdobrou nas seguintes etapas:

1ª Etapa: Foi realizada uma análise do atendimento das escolas municipais de Paraíso do Tocantins. Se elas disponibilizam o atendimento a crianças

com necessidades específicas, e se esse trabalho de inclusão já é uma realidade hoje nas escolas.

2ª Etapa: A partir do estudo da literatura, da legislação e das normas que tratam do assunto, foi feita uma visita às escolas para estudar o funcionamento da escola e das salas de recursos, buscando compreender o trabalho desenvolvido pela instituição.

3ª Etapa: Foi aplicado um questionário aos professores das salas de recursos multifuncionais das 7 escolas municipais que se enquadram nos parâmetros da pesquisa, entre as instituições de educação infantil e ensino fundamental, com o objetivo de conhecer as diferentes concepções da relação professor/aluno e qual sua contribuição para o desenvolvimento do ensino e aprendizagem da criança.

4ª Etapa: Através desses questionários, foi feita uma análise do cumprimento das leis e diretrizes que regem a educação inclusiva.

5ª Etapa: Por meio dessa análise, foi avaliado as necessidades da escola para disponibilizar atendimento de qualidade aos alunos com necessidades específicas.

4. RESULTADOS E ANÁLISES

Como resultado da visita preliminar a Secretária de Educação (SEMEC) de Paraíso do Tocantins, foram obtidas informações imprescindíveis para a realização desta pesquisa, primeiramente a Psicopedagoga responsável pelo Serviço de Apoio Psicopedagógico e Psicossocial do município, destacou pontos importantes sobre o AEE disponibilizado atualmente nas escolas, sobre a disposição das SRM, e quantas instituições ofereciam o serviço de atendimento às crianças com NEE. Apresentando subsídios que possibilitaram a compreensão e análise do funcionamento desses serviços nas escolas municipais de Paraíso do Tocantins.

Por meio desse diálogo, a psicopedagoga informou que das 11 Escolas Municipais da cidade, sete disponibilizam Atendimento Educacional Especializado nas Salas de Recursos Multifuncionais.

Através das informações obtidas e com a leitura da legislação e normas que tratam do assunto, foi realizada uma visita às sete escolas que disponibilizam de SRM, e foi aplicado um questionário qualitativo as sete professoras responsáveis por essas Salas.

Ainda conforme dados coletados no diálogo com a psicopedagoga responsável, apresenta-se abaixo, na Tabela 1, as escolas municipais de Paraíso do Tocantins, que atendem educação infantil e ensino fundamental, especificando a oferta do AEE.

Tabela 1 – Escolas do Município que possuem Salas de Recursos Multifuncionais e realizam o Atendimento Educacional Especializado

Escolas Municipais de Paraíso do Tocantins		
1	23 de Outubro	Possui
2	Adélia Aguiar	Possui
3	Bernardo Sayão	Possui
4	Irmã Julita	Possui
5	Jardim Paulista	Possui
6	José Ribeiro Torres	Possui
7	Luzia Tavares	Não Possui
8	Pedro Ludovico Teixeira	Não Possui
9	Pouso Alegre	Possui
10	Santa Rosa	Não Possui
11	Vereador José Odete	Não Possui

Fonte: SEMEC (2015).

Quanto às escolas municipais que não possuem sala de recursos, a responsável pelo Serviço de Apoio Psicopedagógico e Psicossocial da SEMEC de Paraíso do Tocantins explica que:

A Escola Municipal Santa Rosa é uma escola rural que fica localizada no Distrito de Santa Luzia a 27 km de Paraíso. Não possui alunos com NEE. A escola ainda não disponibiliza espaço adequado para acomodar a SRM, mas a SEMEC destaca que há o interesse em ampliar a estrutura logo em breve para poder atender possíveis alunos que possam surgir com NEE.

A Escola Municipal Vereador José Odete fica localizada no Setor Milena, ela possui 2 (dois) alunos com NEE que são atendidos na escola mais próxima que é a Escola Jardim Paulista a 4km de distância ou na APAE/Paraíso. A escola também não dispõe de sala adequada e aguarda pela construção de um espaço físico maior para acomodar a SRM. A SEMEC diz que estão aguardando uma posição do Ministério da Educação em mandar recursos para compra de materiais e computadores para as Salas.

A Escola Municipal Pedro Ludovico Teixeira fica localizada na Vila Chapadão a 4km do centro da cidade, ela possui 2 (dois) alunos com NEE que são atendidos na Escola mais próxima que é a Escola Jardim Paulista a 3,5km de distância. A escola também não dispõe de sala adequada para acomodar a SRM.

A Escola Municipal Luzia Tavares fica localizada no Setor Pouso Alegre e possui SRM, porém está sem professor e houve uma troca de diretores e coordenadores, o que impossibilitou a aplicação da pesquisa na escola. A nova equipe diretora ainda não se apropriou das especificidades da escola, tampouco da quantidade de alunos com NEE e nem quais os tipos de NEE que atendem. A SEMEC justifica que espera que o mais breve possível consigam organizar a nova Diretoria e alocar um professor para realizar o trabalho na SRM. Mas destacam que em 2015 foram dois o número de alunos com NEE atendidos na Escola, e que enquanto não disponibilizam um professor para a SRM, esses alunos participam no contra turno do AEE na Escola mais próxima, que é a Escola Pouso Alegre a 200mt de distância.

No plano jurídico, a Nota Técnica – SEESP/GAB/ Nº 11/2010 do Ministério da Educação diz que “a escola que não tiver sala de recursos multifuncionais deverá constar, no Projeto Político Pedagógico, a informação sobre a oferta do AEE em sala de recursos de outra escola pública ou em centro de AEE” (BRASIL, 2010, p.6).

4.1.1 Descrição da análise do questionário

Apresentam-se aqui os dados coletados que serviram de base para o desenvolvimento deste estudo. Constam os resultados e análises do questionário aplicado às sete professoras, sendo as respostas das perguntas abertas e fechadas.

Aqui serão descritas com participante A, B, C e assim sucessivamente, seguindo a ordem de aplicação do questionário.

QUESTÃO 1

“O que você acha da inclusão de alunos com Necessidades Educacionais Especiais (NEE) no ensino regular?”

Todas as sete professoras destacaram que é importante e extremamente positivo para o desenvolvimento da criança com NEE, estudar no ensino regular,

dentre essas, quatro destacaram ainda, a interação com as demais crianças como sendo o ponto principal da inclusão e socialização, elas entendem que a criança estudar junto com a demais que não possuem NEE, desenvolvem o aprendizado, a comunicação, a convivência, a autoestima entre outros.

Segundo a participante E “é um grande avanço para a escola incluir esses alunos para serem trabalhados individualmente, ele terão uma aprendizagem que desenvolverá suas necessidades.”

A Inclusão pode ser vista como positiva ao reconsiderar os aspectos das relações sociais, compreende um valor constitucional que deve concretizar a aceitação da diferença humana e respeitar a diversidade cultural e social. É importante o contato com outras pessoas, para o aluno com NEE se aperceber da sua identidade e individualidade em contexto social. É muito mais que um conceito a ser posto em prática, é algo que deve ser introduzido numa consciencialização social para que se obtenha êxito (MARTINS, 2009, p.2).

QUESTÃO 2

“Você acredita no processo de inclusão dos alunos com NEE no ensino regular?”

Todas as sete professoras responderam que sim. Elas destacaram que acreditam, pois é através da inclusão desses alunos que eles se desenvolvem, e que são estimulados a manter um melhor contato com as outras crianças. Duas dessas professoras salientaram a ideia que também acreditam no processo de inclusão por ser garantido em Lei.

Segundo a participante B “Sim acredito, porque é um direito deles garantido em Lei, e porque é através dessa convivência com os demais alunos na classe comum que eles se desenvolvem”.

QUESTÃO 3

“A Sala de Recursos Multifuncionais (SRM) é um espaço importante para inclusão desses alunos? ()sim ()não”

Todas as professoras responderam que sim. Para o Ministério da Educação:

Esses alunos que, muitas vezes, não têm encontrado respostas às suas necessidades educacionais especiais no sistema de ensino, poderão ser beneficiados com os recursos de acessibilidade por meio de ajudas técnicas e de tecnologias assistivas, utilização de linguagens e códigos aplicáveis e pela abordagem pedagógica que possibilite seu acesso ao currículo (BRASIL, 2006, p.16)

QUESTÃO 4

“Como a SRM pode apoiar o aluno inserido nesse espaço?”

Todas as professoras explanaram a ideia que dentro da SRM elas realizam um atendimento individual, que identifica as dificuldades e necessidades de cada aluno de acordo com sua NEE. A partir daí elas trabalham especificamente a dificuldade do aluno usando recursos lúdicos e tecnológicos, a fim de suprir a necessidade de cada um.

Conforme a participante C “a SRM pode apoiar o aluno através de atividades voltadas para o desenvolvimento de suas necessidades”.

QUESTÃO 5

“Quanto ao material disponível na SRM”

Das professoras participantes, cinco destacaram que aos poucos a sala está obtendo os recursos materiais necessários. E duas professoras destacam que não possuem os recursos necessários.

QUESTÃO 6

“Quais recursos matérias poderiam facilitar o processo de ensino e aprendizagem de alunos com NEE?”

Todas as professoras destacaram a necessidade de algum tipo de material que poderia facilitar esse processo de ensino, são eles: material pedagógico e tecnológico, material didático, material em BRAILLE e LIBRAS, mesas adaptadas para trabalhar com alguns alunos com necessidade motora e de locomoção, material específico para trabalhar com deficiência visual, jogos, recursos lúdicos e brinquedos.

Quanto ao material é de responsabilidade do Ministério da Educação em fornecer as escolas. O MEC adquire móveis, equipamentos e materiais para as salas de recursos multifuncionais por meio de processo licitatório realizado pelo FNDE. Após a certificação de recebimento, montagem de móveis, instalação dos equipamentos nas escolas e a finalização dos contratos, inicia o processo de doação.

A doação dos itens se configura em entrega de bens do patrimônio público para guarda e cuidados dos beneficiários. O Contrato de Doação dos bens das salas de recursos multifuncionais é formalizado pelo Ministério da

Educação por meio da Secretaria de Educação Especial/SEESP, que encaminha em três vias para assinatura do titular da Secretaria de Educação (BRASIL, 2010, p.15).

O MEC deve disponibilizar determinados materiais e mobiliários para a criação e manutenção da SRM, conforme apresentado no Quadro 1.

Quadro 1 – Materiais disponibilizados para as Salas de Recursos Multifuncionais

Equipamentos	Materiais Didático/Pedagógico
02 Microcomputadores	01 Material Dourado
01 Laptop	01 Esquema Corporal
01 Estabilizador	01 Bandinha Rítmica
01 Scanner	01 Memória de Numerais I
01 Impressora laser	01 Tapete Alfabético Encaixado
01 Teclado com colméia	01 Software Comunicação Alternativa
01 Acionador de pressão	01 Sacolão Criativo Monta Tudo
01 Mouse com entrada para acionador	01 Quebra Cabeças - sequência lógica
01 Lupa eletrônica	01 Dominó de Associação de Idéias
Mobiliários	01 Dominó de Frases
01 Mesa redonda	01 Dominó de Animais em Libras
04 Cadeiras	01 Dominó de Frutas em Libras
01 Mesa para impressora	01 Dominó tátil
01 Armário	01 Alfabeto Braille
01 Quadro branco	01 Kit de lupas manuais
02 Mesas para computador	01 Plano inclinado – suporte para leitura
02 Cadeiras	01 Memória Tátil

Fonte: Ministério da Educação (2012).

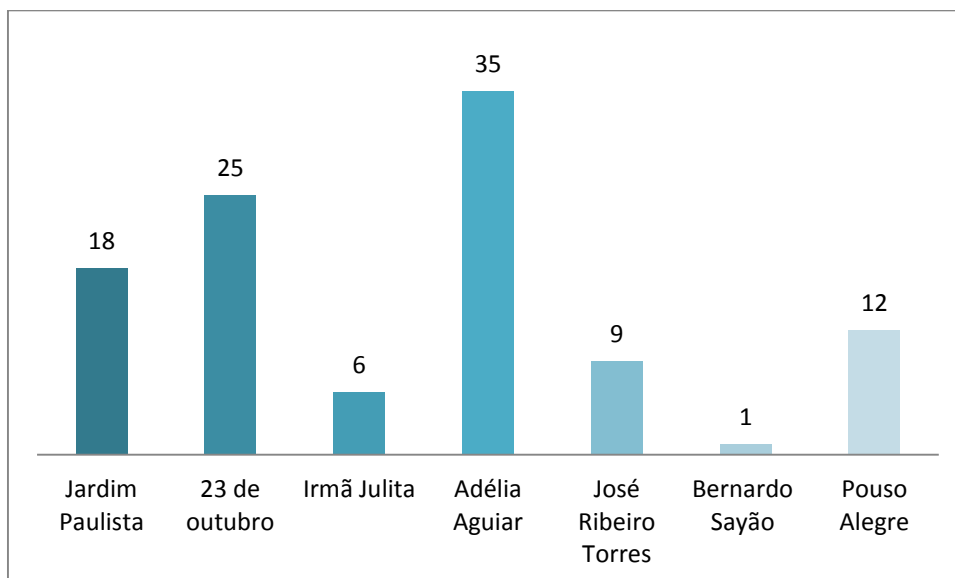
Os materiais acima descritos são materiais básicos que constam como obrigatórios no Programa de Implantação de Salas de Recursos Multifuncionais do MEC, todas as SRM das escolas públicas, no ato de sua criação devem receber esses materiais e posteriormente, ao ser descrito os tipos de NEE que atendem, recebem materiais específicos para cada necessidade dos alunos.

Mas nas Escolas Municipais de Paraíso do Tocantins nem todos os materiais chegaram, faltam principalmente equipamentos, materiais didáticos e pedagógicos.

QUESTÃO 7

“Número de alunos atendidos na SRM?”

Segundos as professoras da Rede Municipal de Paraíso do Tocantins esse é o total de alunos que elas atendem na SRM da sua escola. Conforme gráfico 1.

Gráfico 1- Número de alunos atendidos na SRM*

*O número corresponde à quantidade de alunos ao final do ano letivo de 2015.
 Fonte: Pesquisa de campo (2016).

Dados coletados pelo Serviço de Apoio Psicopedagógico e Psicossocial da Secretaria Municipal de Educação de Paraíso do Tocantins no ano de 2015, descreve os tipos de NEE atendidos nas Escolas Municipais, segundo tabela 2.

Tabela 2 – Número de Matrículas nas Salas de Recursos em 2015

NOME DA ESCOLA	CEGUEIRA	BAIXA VISÃO	SURDEZ LEVE	AUDITIVA	FÍSICA	INTELECTUAL	MULTIPLA
Escola 23 de Outubro		2		1	5	17	
Escola Adélia Aguiar Barbosa		4	3	2	5	20	1
Escola Irmã Julita	1				1	3	1
Escola José Ribeiro Torres		1			2	5	1
Escola Jardim Paulista		3	1		5	9	
Escola Pouso Alegre			1		2	9	
Escola Bernardo Sayão						1	

Fonte: Serviço de Apoio Psicopedagógico e Psicossocial – SEMEC – Paraíso do Tocantins (2015).

Segundo o Censo Escolar 2015, na Educação Especial do município de Paraíso do Tocantins, foram matriculados o seguinte quantitativo de alunos:

Quadro 2- Número de alunos com necessidades específicas matriculados em Paraíso do Tocantins em 2015.

	Matrícula inicial							
	Educação especial (alunos de escolas especiais)							
	Educação Infantil				Ensino Fundamental			
	Creche		Pré Escola		Anos Iniciais		Anos Finais	
	Parcial	Integral	Parcial	Integral	Parcial	Integral	Parcial	Integral
Municipal Urbana	0	0	3	0	60	1	0	0
Municipal Rural	0	0	1	0	2	0	0	0

Fonte: Inep/Censo Escolar (2015).

O número de alunos computados pelo censo, dizem respeito às matrículas em sala regular. Nem todos os alunos com NEE frequentam necessariamente a SRM de sua escola, podendo participar do AEE em outra escola ou na APAE/Paraíso. O número informado pelo censo é menor que o número informado pelas escolas, por que as SRM atendem crianças da própria escola como também de outras, tanto da Rede Municipal quanto das Rede Estadual.

QUESTÃO 8

“Com qual frequência o aluno deve ir para a SRM?”

Todas as professoras responderam que os alunos vão a SRM 2 vezes por semana, 2 horas por dia, no contra turno escolar

Mas segundo a Secretaria de Educação do Município, esse tempo pode variar de acordo a necessidade do aluno, devendo ser seguido um programa elaborado de acordo com as especificidades de cada um. Cada tipo de NEE demanda um tipo de atendimento específico, podendo ser atendidos pequenos grupos de alunos por vez, como ser atendido individualmente.

QUESTÃO 9

“Na sua perspectiva, quanto ao desenvolvimento do aluno, o que o ambiente escolar pode proporcionar?”

Todas as professoras destacaram pontos positivos quando ao envolvimento do aluno com NEE no ambiente escolar, a interação com outras crianças é um dos pontos mais citados, interação essa que proporciona aprendizado, convivência pacífica, quebra de preconceitos, e ajuda mútua, mas também destacaram a busca pela autonomia, condição de vida saudável, autoestima, e que os alunos aprendem a compartilhar.

Conforme a participante E “pode proporcionar um ambiente acolhedor que valorize o aluno do jeito que ele é, dando apoio necessário para seu desenvolvimento.”

QUESTÃO 10

“Como tem sido as presenças/ausências dos alunos com NEE na SRM?”

Três professoras relatam que os alunos são assíduos, e que as faltas quando ocorrem são por motivos de saúde. Mas sempre justificados pela família. Outras três professoras já relatam que nas Salas onde trabalham, os alunos não são assíduos e destacam que o motivo é a falta de estímulo dos pais e familiares, que não levam as crianças pra participar do AEE na SRM. Uma professora destaca os dois motivos para justificar a constante falta dos alunos na SRM.

As faltas na SRM não são passíveis de reprovação, porém é importante destacar que a família precisa assumir suas responsabilidades na escolarização de seu filho, como por exemplo: mostrar interesse pela aprendizagem, acompanhar as tarefas escolares para serem realizadas em casa, ajudar na assiduidade e frequência dos filhos, tanto na classe comum, como na SRM.

QUESTÃO 11

“O professor da SRM recebe algum suporte de outros profissionais?”

Todas as professoras responderam que não recebem suporte de outros profissionais, apenas acompanhamento interno da coordenação e algumas delas que cuidam pessoalmente da parte da higiene e alimentação das crianças que atendem na SRM.

Conforme dispõe a Resolução CNE/CEB nº 4/2009, art. 10º, as escolas regulares que oferecem o AEE devem dispor de outros profissionais que auxiliem em sala de aula como tradutor intérprete de Língua Brasileira de Sinais, guia-

intérprete, e outros que atuem no apoio, principalmente nas atividades de alimentação, higiene e locomoção.

QUESTÃO 12

“Existe a necessidade de um profissional dando suporte na SRM?”

Três professoras disseram não achar necessário um profissional dando suporte na SRM, e tem como justificativas, que a equipe escolar consegue ajudá-las, que elas trabalham a autonomia dos alunos, que muitos deles já conseguem fazer suas atividades sozinhos. Uma professora destaca que devido ao pouco número de alunos em sua sala ela mesma consegue auxiliá-los. E outras três professoras responderam que sim, que há a necessidade de um profissional para ajudá-las, na higiene, locomoção e alimentação das crianças.

A SEMEC informou que já disponibilizou no primeiro semestre de 2016 acompanhantes para auxiliar em algumas escolas, conforme tabela 3.

Tabela 3 – Número de acompanhantes nas escolas

	Escola	Nº de alunos	Nº de acompanhantes
1	Adélia Aguiar	7	6
2	Irmã Julita	4	3
3	Jardim Paulista	2	2
4	José Ribeiro Torres	2	1
5	Pedro Ludovico	2	1
6	Pouso Alegre	1	1
7	Vereador José Odete	2	2
8	23 de Outubro	8	6

Fonte: SEMEC (2016).

O número de acompanhantes corresponde à quantidade de alunos que possuem determinadas NEE que os impossibilita de realizarem certas atividades sozinhas, como alimentação, higiene e locomoção.

Para cada sala de aula regular, 1 (um) acompanhante, e no contra turno esse acompanhante auxiliará os mesmos alunos na SRM.

QUESTÃO 13

“Você recebeu algum tipo de capacitação para trabalhar com crianças com NEE?”

Todas as professoras responderam que sim e destacaram as capacitações que acharam mais interessantes ou que lhes trouxeram mais aprendizado. São elas:

- “Seminário de formação de Gestores e Educadores do programa Inclusão Escolar”
- “Educação Inclusiva: direito a diversidade”
- “Métodos e Materiais Pedagógicos”
- “Como trabalhar com portadores de deficiências mentais”
- “Programação de computadores”
- “Práticas para atendimento de portadores de necessidade intelectual”

Nesse sentido é importante ressaltar que:

Para atuar na educação especial, o professor deve ter como base da sua formação, inicial e continuada, conhecimentos gerais para o exercício da docência e conhecimentos específicos da área. Essa formação possibilita a sua atuação no Atendimento Educacional Especializado e deve aprofundar o caráter interativo e interdisciplinar da atuação nas salas comuns do ensino regular, nas salas de recursos, nos centros de atendimento educacional especializado, nos núcleos de acessibilidade das instituições de educação superior, nas classes hospitalares e nos ambientes domiciliares, para a oferta dos serviços e recursos de educação especial (BRASIL, 2008, p.13).

QUESTÃO 14

“Considera que falta algum tipo de capacitação?”

Todas as professoras responderam que sim. Que ainda faltam alguns tipos de capacitação que seriam do interesse delas em participar.

QUESTÃO 15

“Acha que o município pode oferecer mais cursos de capacitação para os professores?”

Todas responderam que sim, seis delas demonstraram o interesse em receber uma capacitação em LIBRAS, mas também destacaram que seria necessário se capacitar para atender crianças autistas, portadoras de necessidades visuais, necessidades auditivas, aprender BAILLE, e participar de oficinas que ensinem a confeccionar fichas pedagógicas e matérias de fácil compreensão dos alunos.

A SEMEC informou que estão sempre disponibilizando formações e capacitações aos professores das SRM, e que nesse início de ano já tem agendada

uma capacitação para trabalhar com portadores de necessidades auditivas. Após relatarmos o interesse dos professores em aprender LIBRAS, a psicopedagoga responsável pelas formações demonstrou forte interesse em buscar atender essa necessidade dos professores.

QUESTÃO 16

“Você considera que a escola vem seguindo as Leis e Decretos que regem a educação inclusiva?”

Das professoras pesquisadas, seis disseram que aos poucos as escolas vem seguindo, e apenas uma professora respondeu que sim. Algumas justificaram suas respostas, destacando a falta de alguns materiais e equipe de apoio para auxiliar nas salas.

QUESTÃO 17

“Você considera que a escola possui a estrutura física adequada para atendimento aos alunos com NEE?”

Cinco professoras responderam que não, que a escola não possui a estrutura física adequada pra atender as crianças com NEE, e duas disseram que sim, uma delas até destacou que sua sala é ampla e possui estrutura.

QUESTÃO 18

“Na sua opinião, o que falta para melhorar o atendimento aos alunos?”

Seis professoras destacaram pontos importantes sobre o que falta na escola onde trabalham, uma das coisas mais citada é a falta de estrutura física, falta de espaço. Algumas salas são pequenas e mal comportam a professora e o aluno. Mas também foi citada a necessidade de reformas nos banheiros que não são adaptados, a adequação das portas que são pequenas para a passagem e melhoria das rampas. Apenas uma professora respondeu que a estrutura de sua escola esta adequada.

Apesar de todas as escolas possuírem rampas, algumas estão em mau estado de conservação ou foram colocadas de maneira inadequada, que dificulta a locomoção do aluno cadeirante. Em uma das escolas visitadas é notório a reforma que a Escola acabou de passar, tornou os espaços amplos e ventilados, porém as rampas ficaram longe, o aluno cadeirante que chega a escola precisa se deslocar

pelo meio do pátio, atravessando-o debaixo do sol, para chegar à rampa que fica do outro lado, sendo que as salas de aula ficam praticamente ao lado do portão de entrada da escola. Em outra escola a rampa era tão íngreme, que o aluno não conseguia se locomover sozinho, precisou de ajuda para apoiar sua cadeira de rodas, ou ele poderia cair. Na primeira escola visitada, é perceptível a dificuldade da professora em trabalhar em tão pouco espaço, a sala não possuía mais que 5m² e estava lotada de materiais por toda parte, por não ter onde aloca-los.

Perguntada a SEMEC sobre a possibilidade de ampliação da Sala, ela nos informou que há um desejo de que a Diretora da escola disponibilize outra sala para acomodar a SRM, mas que ainda não conseguiu resposta. Já a Diretora da escola, diz não poder desocupar nenhuma sala das sobressalentes, pois estão ocupadas acomodando itens da escola.

QUESTÃO 19

“Hoje qual a maior dificuldade encontrada no trabalho com alunos com NEE?”

Duas professoras destacaram que encontram muita dificuldade em lidar com as famílias das crianças, muitas tem resistência em aceitar a deficiência do filho e muitas vezes se negam a levar a criança pra SRM. Sendo que uma dessas professoras destacou ainda, que os pais ou familiares negam o atendimento clínico e psicológico para os seus filhos, o que impede a escola de disponibilizar AEE na SRM. Uma professora respondeu que a maior dificuldade no trabalho com alunos com NEE são as ausências das crianças. Outras duas professoras responderam que a falta de comprometimento dos pais e familiares em levar as crianças pra SRM no contra turno escolar tem sido a maior dificuldade nesse trabalho. Uma outra professora destacou que não ter as capacitações necessárias para atendimento dos alunos com NEE, está sendo a sua maior dificuldade. E uma professora disse não encontrar nenhuma dificuldade.

A responsável pelo Serviço de Apoio Psicopedagógico e Psicossocial da SEMEC de Paraíso do Tocantins explicou que nenhum aluno pode ser atendido na SRM sem a autorização e consentimento dos pais ou responsáveis. A escola ao identificar alguma dificuldade de aprendizado do aluno, ou algum tipo de necessidade especial que ele possua, comunica à direção que faz contato direto com o Serviço de Apoio Psicopedagógico e Psicossocial da Secretaria de Educação, que disponibilizam duas profissionais uma psicopedagoga e uma psicóloga para

acompanhamento dessa criança, essas profissionais entram em contato com os pais ou responsáveis, que devem ir até a escola, elas informam a eles as necessidades e dificuldades da criança e solicitam autorização para disponibilizar atendimento clínico a ela. Se os pais concordarem, eles respondem um formulário passando a maior quantidade de informações possíveis a respeito do aluno, como características genéticas, ou casos de doenças na família, além de explanarem como é o comportamento dessa criança em casa e com os familiares e amigos, a partir daí é feito um atendimento psicológico, reconhecido a necessidade de atendimento clínico, essa criança é encaminhada para especialistas como fonoaudiólogos, neurologistas, ortopedistas, oftalmologistas, etc.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9.394/96, em seu Artigo 2º dispõe que: “A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”. Portanto, os pais devem oferecer a seus filhos plenas condições de acesso à educação, para que haja um bom aproveitamento deste processo. Faz parte dessa responsabilidade, as crianças com NEE que frequentam o AAE oferecido no contra turno escolar.

QUESTÃO 20

“Frequentar a classe comum e a SRM é suficiente para responder as necessidades dos alunos com NEE?”

Seis professoras responderam que não, que apenas frequentar a sala comum e a SRM não é suficiente para atender as necessidades dos alunos com NEE. Elas destacaram alguns pontos que seriam necessários para responder as necessidades dos alunos, sendo a principal delas, o atendimento clínico, que hoje é realizado apenas nas policlínicas do município. Seriam necessários atendimentos médicos e psicológicos periodicamente, disponibilizar ao aluno um acompanhamento constante, e não apenas quando o caso se agrava. Três dessas professoras destacaram ainda que falta mais dedicação das famílias das crianças com NEE, que a junção do ensino na sala comum, o atendimento na SRM, acompanhamento clínico e dedicação das famílias, seria o ideal para atender os alunos com NEE nas escolas. Uma professora respondeu que sim, que apenas o atendimento na sala comum e na SRM é o suficiente.

QUESTÃO 21

“Há algum outro aspecto sobre o atendimento dos alunos com NEE na escola, que você gostaria de destacar?”

Todas as sete professoras das SRM das Escolas Municipais de Paraíso do Tocantins concordam que receber o aluno com NEE na escola regular é um grande avanço na inclusão escolar, hoje esse trabalho é uma realidade em algumas escolas, a participante D destaca que, “depois que a SRM veio para a escola, os professores se envolveram mais com as NEE de cada aluno”. Elas relatam que a escola vem se desenvolvendo quanto ao atendimento dessas crianças e aos poucos vem conseguindo disponibilizar atendimento de qualidade e já são perceptíveis as mudanças de comportamento dos alunos com NEE, e o desenvolvimento na aprendizagem. Uma outra professoras reclama da demora do município em disponibilizar material, porém a SEMEC informou que a própria escola tem autonomia para solicitar ao MEC o material necessário. Todas elas salientam que a falta de mais capacitação e especialização, mais materiais e estrutura adequada, reforma nas rampas de acesso as salas e banheiros, uma forma de comunicação melhor com as famílias, pode atrasar esse desenvolvimento da escola em buscar um atendimento educacional específico de qualidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com relação à proposta do trabalho, pode-se dizer que os objetivos foram alcançados. Um dos problemas iniciais do trabalho era averiguar se Rede Municipal de Ensino de Paraíso do Tocantins, estaria de fato desenvolvendo as políticas de inclusão de pessoas com necessidades específicas propostas e regulamentadas nas leis. Sobre esse questionamento, as análises apontam que as Escolas Municipais têm buscado desenvolver as políticas de inclusão, possuem conhecimento das leis acerca da inclusão bem como da obrigatoriedade da garantia de vaga para os alunos com necessidades educacionais especiais.

Os avanços da qualidade de educação especial, no contexto da política de inclusão, desenvolvida pelo município são evidenciados diante das melhorias ao longo da história do município, muito embora os desafios apontem a necessidade de investimentos no setor; Construção e ampliação das Salas de Recursos Multifuncionais da rede municipal; acessibilidade arquitetônica, reforma nas rampas de acesso a escola; adequação da infraestrutura escolar; adaptação dos banheiros; aquisição de material avaliativo, pedagógico e tecnológico acessível e adaptado às necessidades dos alunos; recursos para manutenção dos equipamentos das SRM; formação continuada e capacitação aos professores das salas de recursos, salas regulares de ensino e equipe escolar; disponibilização de atendimento clínico periodicamente; acompanhantes tanto em sala comum como nas SRM; e principalmente uma forma de comunicação mais rápida e eficiente com as famílias dos alunos, que hoje se configura como a grande dificuldade das escolas em oferecer um atendimento especializado para as crianças com NEE, devido a resistência dos familiares. Desenvolver um canal de comunicação que faça com que a escola estabeleça um diálogo permanente com as famílias, de forma a garantir a responsabilidade e estabelecer os compromissos que deverão ser assumidos por ambas as partes para o pleno desenvolvimento do aluno e de seu processo de aprendizagem.

Portanto, a família é corresponsável pelos aspectos sociais e educacionais das crianças com e sem deficiência. Dessa maneira é necessário analisar individualmente cada caso e avaliar o quanto a atitude da família prejudica o desenvolvimento do aluno, verificar se a escola já esgotou todas as possibilidades de diálogos. E nestes casos é possível se amparar na legislação para que tais direitos dos alunos sejam cumpridos, como por exemplo, a Resolução CNE/CEB

02/01 que prevê, no inciso III, Artigo 6º, “a colaboração da família no processo de ensino-aprendizagem do educando com necessidades especiais”.

Mas deve-se pensar que para que a inclusão se efetue, não basta estar garantido na legislação, mas demanda modificações profundas e importantes no sistema de ensino e na sociedade. Antes de incluir é preciso sensibilizar, ao realizar esta pesquisa em escolas que trabalham com inclusão é perceptível às mudanças ocorridas ali, não só para a criança com algum tipo de necessidade especial, mas para toda equipe escolar, professores, funcionários e principalmente para os demais alunos, que desde pequenos estão lidando com uma experiência que lhes permitem aprender, compartilhar e ajudar. É notório como as crianças são livres de preconceito e dispostas a ajudar a qualquer momento, elas aceitam qualquer tipo de diferença e se colocam no lugar do outro para conviver bem com o colega que tem dificuldades, eles descobrem que a comunicação vai muito além do que falar, é feita de gestos, olhares e até silêncios. A inclusão é mais que uma Lei ou uma determinação, é um privilégio de conviver com as diferenças.

Ainda cabem muitas mudanças no nosso sistema de ensino e principalmente na sociedade, mas essas mudanças deverão ser gradativas, planejadas e contínuas para garantir uma educação de qualidade e atendimento especializado a todos que precisam.

REFERÊNCIAS

ALONSO, D. **Os desafios da educação inclusiva: foco nas redes de apoio**. 2013. Disponível em: <<http://revistaescola.abril.com.br>> Acesso em 05 fev 2016.

ALVES, G. A **Construção de Uma Escola Inclusiva**. 2006. Disponível em: <<http://www.profala.com/arteducesp103.htm>>. Acesso em: 20 jan 2016.

ARANHA, M. **Reconhecimento da Diversidade Humana: essência da escola inclusiva**. Conferência. UNESP-Bauru. Bauru, São Paulo, 2005.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988. Art. 205 da Constituição Federal

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988. Art. 3º Inciso IV da Constituição Federal.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988. Art. 206 Inciso I da Constituição Federal.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988. Art. 208 Inciso III da Constituição Federal.

BRASIL. **Decreto Nº 5.626/2005 de 22 de Dezembro de 2005**. Presidência da República Casa Civil. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm>._Acesso em 15 Dez de 2015.

BRASIL. **Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica**. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Brasília: MEC/SEESP, 2001.

BRASIL. **Documento orientador programa implantação de salas de recursos multifuncionais**. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. Diretoria de Políticas de Educação Especial Brasília. 2012.

BRASIL, **Lei nº 5692/71 de 11 de Agosto de 1971**. Presidência da República Casa Civil. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/leis/L5692.htm>. Acesso em 15 Dez de 2015.

BRASIL, **Lei nº 7853/89 de 24 de Outubro de 1989**. Presidência da República. Casa Civil. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L7853.htm>. Acesso em 10 de Fev de 2016.

BRASIL, **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Presidência da República. Casa Civil. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9394.htm>. Acesso em 10 de Fev de 2016. art.37 § 1º Inciso II.

BRASIL, **Lei nº 13.146 de 06 de Julho de 2015**. Presidência da República. Casa Civil. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L7853.htm>. Acesso em 10 de Fev de 2016. Art 28. Inciso III.

BRASIL, Ministério da Educação. **Atendimento Educacional Especializado – Deficiência Física**. Formação Continuada a Distância de Professores para o Atendimento Educacional Especializado. SEESP / SEED / MEC. Brasília: Distrito Federal, 2007.

BRASIL, Ministério da Educação. **Manual de Orientação**: Programa de Implantação de Sala de Recursos Multifuncionais. Secretaria de Educação Especial/SEESP, 2010. p. 15.

BRASIL. **Orientações para a institucionalização da Oferta do Atendimento Educacional Especializado**. Nota Técnica - SEESP/GAB/Nº 11/2010. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Brasília, 2010. Art 5º.

BRASIL, **Parecer nº 848/72 de 28 de Dezembro de 1978** do Conselho Federal de Educação. Disponível em: <<http://www.portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/>>. Acesso em: 10 de Fevereiro de 2016.

BRASIL. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Brasília: MEC/SEESP, 2013.

BRASIL. Resolução CNE/CEB 4/2009 de 02 de Outubro de 2009. **Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial**. Diário Oficial da União. Brasília, 2009, Art 1º, p.17.

BRASIL. **Saberes e práticas da inclusão: Recomendações para a construção de escolas inclusivas**. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial., Brasília 2006, p.18.

BRASIL. **Sala de recursos multifuncionais: espaços para atendimento educacional especializado**. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2006. p.16.

CARVALHO et al., **Pesquisa Bibliográfica**. Universidade Federal de Goiás. 2004

CERVO, A; SILVA, R. **Metodologia Científica**. 6ª ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2006.p. 60-64.

CORDEIRO, K. **Inclusão Escolar, um Direito Humano**. Nov de 2015. Disponível em: <<http://nossacausa.com/inclusao-escolar-um-direito-humano>> Acesso em 20 jan 2016.

DANTAS, M. **Pesquisa Qualitativa e Pesquisa Quantitativa**. CCIMP. Recife, 2006

Declaração de Salamanca: **Sobre Princípios, Política e Práticas em Educação Especial**. Salamanca - Espanha, 1994.

Declaração Mundial sobre Educação para Todos: **Satisfação das necessidades Básicas de Aprendizagem**. Jomtien - Tailândia, 1990.

FREIRE, S. **Um olhar sobre a inclusão**. Revista da Educação, Vol. XVI, nº 1, 2008 p.5-6

FUNES, G; ROCHA, C. **Direito Fundamental à Educação**: Conceitos e Evolução Legislativa. 2010, p.2. Presidente Prudente - SP

GONÇALVES, E. **Iniciação à pesquisa científica**. Campinas, SP: Editora Alínea, 2001.

JOAQUIM, N. Direito à educação à luz do Direito Educacional. In: **Âmbito Jurídico**, Rio Grande, XVI, n. 111, abr 2013. Disponível em: <http://www.ambito-juridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=13083>. Acesso em 09 dez 2015.

MANTOAN, M. **Inclusão promove a justiça**. Revista Escola. Editora Abril. 2009. Disponível em:<<http://revistaescola.abril.com.br/formacao/maria-teresa-egler-mantoan-424431.shtml>>. Acesso em 11 dez 2015.

_____, M. **Uma escola mais que especial**. Gráfica da Faculdade de Educação de Campinas, 2003. v. 1. p. 32.

_____, M. **Inclusão Escolar**. Editora Moderna, 2003. P 13 São Paulo, Brasil

_____, M. **Diferenciar para incluir**: a educação especial na perspectiva da educação inclusiva. Disponível em: <http://www.diversa.org.br/artigos/artigos.php?id=42&/diferenciar_para_incluir> Acesso em 15 jan 2016.

MARTINS, A. **A inclusão de alunos com NEE**. Revista Associação Portuguesa de Investigação Educacional, 2009, p.2.

MRECH, L. **O que é educação inclusiva?** Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo. São Paulo, Brasil, 2008 p.2

MUNIZ, R. **O Direito à Educação**. Rio de Janeiro: Renovar, 2002, p.10.

PARIS, F. **Para se Desenvolver mais, a Criança com Deficiência deve Estudar em Escola Regular**. Itajaí. O sol Diário de Notícias. mai 2014. Disponível em: <<http://osoldiario.com.br/sc/noticia/2014/05/para-se-desenvolver-mais-a-crianca-com-deficiencia-deve-estudar-em-escola-regular-4499455.html>>. Acesso em 15 dez 2015.

PEROVANO, D. **Manual de Metodologia Científica para a Segurança Pública e Defesa**. Editora: Juruá, 2014.

RODRIGUES, D. **Defender a Educação Inclusiva**. N.º 157 Ano 15, Universidade Técnica de Lisboa. Jun, 2006. p.1

SÁ, E. **Necessidades Educacionais Especiais**. 2010. Disponível em: <<http://www.bancodeescola.com/necessidadesespeciais>> Acesso em 20 dez 2015.

SÁNCHEZ, P. **A Educação inclusiva: um meio de construir escolas para todos no século XXI**. Revista da Educação Especial, Ministério da Educação. 2005, p.7.

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO. **Histórico da Educação Especial do Município de Paraíso do Tocantins**. Serviço de Apoio Psicopedagógico e Psicossocial. Paraíso do Tocantins, 2015. p.1-4.

WERHEIN, J. **Educação científica e inclusão social**. Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 2007,p. A10.

WERNECK, C. Integração ou Inclusão? Conceitos básicos para usar este manual. Em: **Manual da mídia legal 1: jornalistas e publicitários mais qualificados para abordar o tema inclusão de pessoas com deficiência na sociedade**. – Rio de Janeiro: WVA, 2002, p.17.

ANEXOS

ANEXO A - Questionário usado na coleta de dados da pesquisa

QUESTIONÁRIO PARA O PROFESSOR DA SALA DE RECURSOS

A inclusão escolar é uma realidade contemporânea, muitos alunos estão se inserindo nas escolas regulares de ensino, e estas estão se preparando para essa nova realidade.

O presente questionário contribuirá para o trabalho de conclusão do curso Superior Tecnológico em Gestão Pública. Com o tema: **ANÁLISE DAS POLÍTICAS DE INCLUSÃO DE CRIANÇAS COM NECESSIDADES ESPECÍFICAS NAS ESCOLAS MUNICIPAIS DE PARAÍSO DO TOCANTINS.**

A sua colaboração será muito importante para o processo de construção do conhecimento sobre inclusão escolar.

Desde já agradeço a sua valiosa contribuição.

1- O que você acha da inclusão de alunos com Necessidades Educacionais Especiais (NEE) no ensino regular?

2- Você acredita no processo de inclusão dos alunos com NEE no ensino Regular?

() Sim () Não

Por quê? _____

3- A Sala de Recursos Multifuncionais (SRM) é um espaço importante para inclusão desses alunos?

() Sim () Não

4- Como a SRM pode apoiar o aluno inserido nesse espaço?

5- Quanto ao material disponível na SRM:

() A sala não possui os recursos necessários

() A sala já dispõe de todos os recursos necessários

() Aos poucos a sala esta obtendo os recursos matérias necessários

6- Quais recursos materiais poderiam facilitar o processo de ensino e aprendizagem de alunos com NEE?

7- Número de alunos atendidos na SRM: _____

8- Com qual frequência o aluno deve ir para a SRM:

() _____ vezes por semana. _____ horas por dia.

() A Quantidade de vezes dependerá da necessidade do aluno.

9- Na sua perspectiva, quanto ao desenvolvimento do aluno, o que o ambiente escolar pode proporcionar?

10- Como tem sido as presenças/ausências dos alunos com NEES na SRM?

11- O professor da SRM recebe algum suporte de outros profissionais?

() Sim () Não.

12- Existe a necessidade de um profissional dando suporte na SRM?

() Sim () Não.

13- Você recebeu algum tipo de capacitação para trabalhar com crianças com NEE?

() Sim () Não.

14- Considera que falta algum tipo de capacitação?

() Sim () Não.

15- Acha que o município pode oferecer mais cursos de capacitação para os professores?

16- Você considera que a escola vem seguindo as Leis e Decretos que regem a educação inclusiva?

() Sim

() Não

() Vem seguindo aos poucos.

17- Você considera que a escola possui a estrutura física adequada para atendimento aos alunos com NEE?

() Sim () Não

18- Na sua opinião, o que falta para melhorar o atendimento aos alunos?

19- Hoje qual a maior dificuldade encontrada no trabalho com alunos com NEE?

20- Frequentar a classe comum e a SRM é suficiente para responder as necessidades dos alunos com NEE?

21- Há algum outro aspecto sobre o atendimento dos alunos com NEE na escola, que você gostaria de destacar?